

## **ESCOLA SEM FAKE: A LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA PARA COMBATER A DESINFORMAÇÃO<sup>1</sup>**

Maria Luísa de Moura Azerêdo <sup>2</sup>

Elís Gabrielle Cabral Marója <sup>3</sup>

### **RESUMO**

A desinformação é um fenômeno alarmante da contemporaneidade. Embora a criação de textos e sua disseminação tenham se democratizado, a configuração digitalizada na qual vivemos trouxe desafios, dentre eles a proliferação descontrolada de textos de desinformação, especialmente nas redes sociais (Bentes; Souza-Santos, 2023). Processos eleitorais estão sob tensão, a integridade das pessoas está na mira e, por consequência, regimes democráticos estão em jogo, transformando-se no que Byung-Chul Han denomina infocracia (Han, 2022). A circulação de notícias falsas tornou-se comum, e isso afeta todas as esferas da vida coletiva, inclusive o cotidiano escolar. Diante desse cenário, surge o Escola Sem Fake, projeto subsidiado pelo Programa de Apoio às Licenciaturas (Prolicen) da Universidade Federal da Paraíba. Alinhado à perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem e à BNCC (Brasil, 2018), o projeto, por meio de oficinas em escolas públicas de Ensino Básico em João Pessoa (PB), busca formar leitores críticos frente à desinformação e capacitá-los como curadores (Leurquin E.; Leurquin C., 2021), unindo conhecimentos linguísticos a práticas pedagógicas concretas. Este trabalho, de abordagem qualitativa e interpretativa, pautada na pesquisa-ação, objetiva relatar as experiências do projeto na abordagem contemporânea dos eixos de oralidade, leitura, produção textual e análise linguística. A análise das práticas à luz da Pedagogia Crítica e da Linguística Cognitiva demonstra que a integração entre conhecimentos linguísticos e multiletramentos fortalece a autonomia dos estudantes, tornando-os mais aptos a identificar e desconstruir estratégias discursivas em textos de desinformação. Os dados também indicam que a abordagem pedagógica adotada aproxima o ensino de LP das dinâmicas sócio-tecnológicas contemporâneas. No combate a esse dilema social, político e cognitivo, reafirma-se a necessidade de uma postura reflexiva diante das crenças pessoais e da desordem digital. Assim, evidencia-se a importância de projetos educativos para fortalecer a cultura de verificação e a responsabilidade informacional, fundamentais para a cidadania na era digital.

**Palavras-chave:** Desinformação, Ensino de Língua Portuguesa, Projeto de Ensino, Linguística.

### **INTRODUÇÃO**

A era digital tem reconfigurado profundamente os modos de produção, circulação e recepção de textos. Embora a democratização do acesso às ferramentas de

<sup>1</sup> Este trabalho deriva dos dados obtidos por meio da ação em um projeto de ensino subsidiado pelo Programa de Apoio às Licenciaturas (Prolicen)/UFPB e previamente pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)/UFPB.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mariemazeredo@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Letras - Língua Portuguesa (licenciatura) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), elis.gabrielle@academico.ufpb.br.



comunicação tenha ampliado as possibilidades de expressão e informação, ela também tem intensificado os riscos associados à propagação de conteúdos falsos ou enganosos. Nesse cenário, a desinformação se consolida como um fenômeno alarmante, com impactos diretos sobre o funcionamento das instituições democráticas, os processos eleitorais, a integridade dos sujeitos e a convivência social.

Byung-Chul Han (2022) conceitua esse momento histórico como *infocracia*, regime em que a sobrecarga informacional se converte em uma forma de controle, não por meio da repressão direta, mas pela dispersão da atenção e pela neutralização do pensamento crítico. Nesse contexto, a sobrecarga informacional fragmenta a experiência cognitiva e emocional, dificultando o discernimento entre fato e manipulação. A *infocracia* não silencia, mas hipercomunica — e, ao fazê-lo, esvazia a reflexão e o engajamento coletivo. A verdade torna-se fluida, subordinada à lógica da viralização, enquanto a responsabilidade informacional se dispersa. Diante disso, cabe à educação o desafio de formar sujeitos capazes de resistir criticamente a esse fluxo, por meio da leitura atenta e da produção ética da linguagem.

Ao lado da intensificação da desinformação, o avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) tem transformado as formas como textos são produzidos, compartilhados e interpretados, demandando novas estratégias de ensino. A crescente interatividade entre mídias, plataformas e sujeitos, conforme observa Jenkins (2008), tem dissolvido as fronteiras entre produtores e consumidores de conteúdo, criando uma lógica de participação que redefine as práticas comunicativas. A escola é então chamada a repensar seu papel, incorporando práticas de letramento digital que ajudem os estudantes a desenvolver não apenas competências técnicas, mas sobretudo habilidades críticas para ler, avaliar e produzir discursos em meio a esse cenário de convergência e saturação informacional. A linguagem deixa de ser apenas objeto de estudo para se tornar ferramenta de ação social e resistência.

Diante desse panorama, emerge a necessidade de pensar a escola não apenas como espaço de formação técnica, mas como lugar estratégico de resistência à desinformação. O ensino de Língua Portuguesa ocupa um papel fundamental na formação de leitores e produtores de textos conscientes, capazes de identificar estratégias discursivas, desconstruir argumentos falaciosos e participar ativamente da vida em sociedade. Com esse propósito, foi criado o projeto Escola Sem Fake, coordenado e idealizado pelo professor Dr. Tiago de Aguiar Rodrigues



(DLPL/PROLING/UFPB), vinculado ao Programa de Apoio às Licenciaturas (Prolicen) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Ancorado nas perspectivas da Linguística Cognitiva, da Pedagogia Crítica e da abordagem enunciativo-discursiva da linguagem, o projeto visa desenvolver a autonomia dos estudantes para atuar como curadores da informação (Leurquin E.; Leurquin C., 2021), promovendo o pensamento reflexivo sobre as crenças pessoais e o consumo textual. Este artigo tem como objetivo relatar e analisar as experiências do Escola Sem Fake, discutindo como a integração entre teoria linguística e práticas pedagógicas pode contribuir para o enfrentamento da desinformação na escola pública. A metodologia adotada é qualitativa, de base interpretativista, com enfoque na pesquisa-ação, e os dados analisados provêm das oficinas desenvolvidas ao longo da execução do projeto. A análise evidencia os potenciais formativos da linguagem como ferramenta de cidadania e o papel do ensino de Língua Portuguesa na construção de uma cultura de verificação e responsabilidade informacional.

O Escola Sem Fake estrutura-se em ciclos de planejamento, aplicação e avaliação, realizados em colaboração entre licenciandos da UFPB, professores da rede pública e estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Cada edição do projeto envolve etapas de estudo teórico, elaboração de oficinas, aplicação em sala de aula e sistematização dos resultados. As oficinas, eixo central das ações, articulam leitura crítica, análise linguística, oralidade e produção textual, priorizando temáticas atuais relacionadas à circulação de discursos de desinformação nas mídias digitais. Dessa forma, a proposta não apenas promove o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, mas também amplia o repertório dos envolvidos, aproximando o ensino de Língua Portuguesa das práticas comunicativas contemporâneas. Nesse contexto, a metodologia ganha contornos de formação compartilhada, uma vez que os licenciandos, ao atuarem como mediadores e pesquisadores, também constroem saberes sobre a docência, a análise linguística e o papel social da linguagem. É nesse entrelaçamento entre teoria e prática, universidade e escola, que se delineiam os caminhos metodológicos descritos a seguir.

## **METODOLOGIA(S): O PROLICEN E A PESQUISA (EM) AÇÃO**

Antes do aprofundamento nas questões propriamente metodológicas e da subsequente descrição das ações desenvolvidas pelo Escola Sem Fake, faz-se necessário evidenciar sua natureza como projeto de ensino e extensão. Entende-se que sua essência



como uma ação vinculada à sala de aula e à comunidade escolar delineia muito dos percursos de metodologia escolhidos.

Em 2023, o projeto nasce pelo edital do programa UFPB no seu Município, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão. Com objetivo de valorizar a formação não apenas acadêmica, mas cidadã dos estudantes, o programa é uma estratégia que fomenta ações alinhadas às demandas e necessidades da sociedade paraibana, no sentido de promover a interiorização da extensão e fortalecer o vínculo entre as comunidades e a instituição<sup>4</sup>. Suas edições seguintes não se afastam da sala de aula, mas dessa vez vinculadas ao Programa de Apoio às Licenciaturas, o Prolicen, que objetiva melhorar tanto a formação inicial dos discentes nos cursos de Licenciatura, quanto a formação continuada nas escolas públicas da Paraíba<sup>5</sup>. O ESF está, portanto, desde sua gênese vinculado à ação social, seja pelo contato com a comunidade, seja pelo aprimoramento da formação dos estudantes. Desse aspecto, já derivam algumas consequências metodológicas do presente trabalho: a abordagem qualitativa, tendo em vista a coleta de dados de forma naturalística e o viés interpretativista que desenvolve-se a partir desses dados (Sampieri; Collado; Lucio, 2013); o enquadre da pesquisa como uma pesquisa-ação, com base em seus procedimentos técnicos, e de objetivo exploratório, tendo em vista “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (Gil, 2010, p. 41). Essa constituição de hipóteses, inclusive, possibilitou ajustes do próprio projeto ao correr de suas edições, nos percursos de ação e de estratégias em sala de aula.

Em linhas gerais, o plano central das atividades na escola é o desenvolvimento de oficinas que capacitem os estudantes à leitura e discussão de textos de desinformação, com posteriores produções que visem seu combate. Pretende-se, assim, estimular uma postura crítica no processo de consumo e difusão de informação, além de incentivar a criação de estratégias para refletir sobre elas, questioná-las, e, caso necessário, corrigi-las — tudo isso por meio do trabalho com a língua.

Nesse sentido, buscou-se, em congruência com o documento norteador da BNCC, “fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação” (Brasil, 2018, p. 60). A necessidade de cumprir exigências de documentos oficiais não deixa de lado, contudo, o comprometimento mais profundo

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.proex.ufpb.br/edital/ufpb-no-seu-municipio-2025/>. Acesso em 08 out. 2025.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.prg.ufpb.br/prg/programas/prolicen>. Acesso em 08 out. 2025.



com o que se espera do ensino de língua portuguesa na Educação Básica (e do processo de ensino-aprendizagem no geral): ir além da repetição de regras da gramática tradicional, da metalinguagem vazia de termos sintáticos; situar as discussões sobre efeitos de sentido como algo real no mundo, experienciado por sujeitos, que causa impacto e evidencia o caráter social e cognitivo da linguagem e, finalmente, imbuir, nas práticas pedagógicas, uma relação estreita com a realidade da escola e dos discentes. Reitera-se, portanto, a pesquisa qualitativa como uma abordagem que considera os processos sociais e seus devidos contextos, adequando-se às escolhas de aportes teóricos como a Pedagogia Crítica e a Linguística Cognitiva (LC).

Sob a vigência do projeto UFPB no seu Município, o ESF atuou na Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT) Professor Antônio Gomes, na cidade de Bayeux, pertencente à região metropolitana de João Pessoa. As ações do projeto se dividiram em quatro momentos: a primeira, a formação teórica dos extensionistas, com discussões acerca de conceitos da Linguística Cognitiva a partir de Abreu (2010); a segunda, a realização das entrevistas narrativas (Paiva, 2019) com os alunos da ECIT; a terceira, a ministração de oficinas de formação para esses alunos. A execução das entrevistas se deu mediante prévia assinatura de termo de consentimento por parte da escola e dos pais dos alunos. As entrevistas foram registradas em formato de áudio e, após a gravação, transcritas para que se iniciasse o processamento dos dados. Com base nas informações coletadas, os dados foram analisados e organizados, e as discussões resultantes distribuídas em quatro oficinas teóricas e duas práticas, que se dividiram em diferentes áreas: ciência, saúde e notícias sobre figuras públicas. Cada oficina — com exceção da primeira, que se tratou de uma discussão geral sobre *fake news* — trabalhou um gênero textual diferente, sendo eles: meme, notícia e textos de divulgação científica. Tais gêneros foram selecionados com base nas pesquisas narrativas e discutidos em sala levando em conta seu poder de ação criativa (Marcuschi, 2003), afinal, mesmo carregando características relativamente estáveis, com representações prototípicas, reinventam-se inclusive para a produção de textos de desinformação.

O que mudou, então, da primeira para a segunda e a terceira edição? Com a dispensa das entrevistas, outra forma de obter as percepções dos estudantes se deu através de uma oficina introdutória, na qual a produção escrita e oral dos alunos formulou dados para a elaboração das oficinas seguintes. Divididas em duas escolas localizadas em João Pessoa, a ECIT Monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas e a ECIT Dom José Maria Pires, as equipes do Escola Sem Fake organizaram “esqueletos” de



sequências didáticas, sujeitas a alterações a depender da recepção das turmas. A equipe da ECIT Pedro Anísio atuou no primeiro ano do Ensino Médio, enquanto o time da ECIT Dom José Maria Pires guiou o nono ano do Ensino Fundamental nas reflexões sobre desinformação. No Ensino Médio, as competências da redação no modelo do ENEM ganharam nova roupagem pelas propostas de reflexão e prática dos participantes do projeto, enquanto no Ensino Fundamental os exercícios “mão na massa” deram protagonismo aos estudantes em cada uma das oficinas. Apesar da escolha da equipe do EM em trabalhar com a redação do ENEM, as tarefas dos alunos não se resumiam à escrita daquela: a carta foi introduzida como um importante gênero de formação de repertório e de identificação de marcas de autoria; no nono ano, por outro lado, os gêneros miniconto, cartaz e manual auxiliaram na materialização das discussões promovidas pela equipe, dando vida às observações expositivas sobre desinformação.

Os textos de desinformação, portanto, foram analisados e discutidos por olhares múltiplos: semânticos, cognitivos, pragmáticos e discursivos, todos permeando as atividades de leitura, de produção textual e de análise linguística. Na seção seguinte, serão descritas as bases teóricas que sustentaram e encaminharam as ações do projeto, alicerce que permitiu uma execução com articulação multidisciplinar.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A desinformação constitui um fenômeno multifacetado que se insere nas dinâmicas comunicativas e cognitivas da era digital. Mais do que a mera divulgação de conteúdos falsos, trata-se de um discurso social estruturado, ancorado em estratégias ideológicas, políticas e econômicas que visam à manipulação de sentidos e à manutenção de determinados regimes de verdade (Bentes; Souza-Santos, 2023). Nesse cenário, o termo ultrapassa o limite semântico de *fake news* e passa a abranger uma rede de práticas discursivas orientadas por interesses de poder. Como observam Alves e Maciel (2020), a desinformação caracteriza-se por ações articuladas de produção e circulação textual que buscam sustentar narrativas hegemônicas ou enfraquecer versões concorrentes dos fatos. É, portanto, um processo que opera na esfera simbólica da linguagem e se materializa na disputa pelo sentido.

Essa constatação conduz à necessidade de compreender a dimensão linguística e cognitiva da desinformação, pois os efeitos de verdade e credibilidade emergem de escolhas discursivas específicas — léxicas, sintáticas e argumentativas — que constroem a aparência de autoridade. Freitas e Silva (2020) destacam que os textos de



desinformação recorrem a mecanismos de legitimação, como o uso de metáforas morais, apelos emocionais e citações descontextualizadas, capazes de transformar opinião em fato. Assim, o combate à desinformação não se reduz à verificação factual, mas exige uma formação linguística crítica que permita aos sujeitos compreender como o discurso organiza e orienta o pensamento. A escola, diante disso, emerge como espaço de resistência, capaz de reatar o vínculo entre linguagem, reflexão e ética comunicativa. O ensino de Língua Portuguesa, especialmente, assume papel central ao promover a leitura crítica e o uso ético da linguagem como instrumentos de cidadania.

É nesse ponto que se insere a contribuição da Pedagogia Crítica, formulada por Paulo Freire (1987). Para o autor, educar é um ato político e dialógico: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão” (Freire, 1987, p. 79). A leitura, entendida como leitura de mundo, transforma o texto em via de compreensão da realidade social; assim, abordar a desinformação em sala de aula implica não só analisar enunciados falsos, mas conscientizar sobre as relações de poder que os sustentam. O Escola Sem Fake apropria-se dessa visão ao propor oficinas que integram diálogo, reflexão e produção linguística, tornando o estudante protagonista de sua própria aprendizagem.

Essa perspectiva se aproxima dos estudos sobre letramento crítico, que ampliam o horizonte da Pedagogia Crítica para o campo da linguagem. Kleiman e Santos-Marques (2020) defendem que ler criticamente é compreender o texto como prática social, identificando as ideologias, os valores e as intenções que o permeiam. No contexto da desinformação, tal habilidade é indispensável: reconhecer estratégias discursivas e intenções comunicativas torna-se condição para o exercício da autonomia intelectual. Essa abordagem também converge com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), que propõe o texto como unidade central do ensino e preconiza o desenvolvimento de competências relacionadas à argumentação, à cultura digital e à responsabilidade informacional. Assim, a formação linguística e ética se entrelaçam como dimensões inseparáveis de uma educação voltada para a cidadania digital.

Para ampliar a compreensão dos mecanismos linguísticos que sustentam a desinformação, o projeto ancora-se também nos pressupostos da Linguística Cognitiva, que entende a linguagem como uma atividade mental, corporal e socialmente situada (Lakoff, 2002). A LC parte do princípio de que o significado emerge da experiência humana no mundo e das interações que moldam nossa percepção da realidade. Nesse



sentido, as metáforas, os esquemas mentais e os *frames* — estruturas cognitivas que organizam o conhecimento — orientam a interpretação dos textos e a formação de conceitos (Fillmore, 1982; Lakoff, 2000). Controlar os *frames* significa, portanto, controlar as maneiras de ver o mundo.

Essa perspectiva ajuda a compreender como as narrativas desinformativas mobilizam emoções e crenças culturais para construir efeitos de verdade. Títulos sensacionalistas, metáforas bélicas e imagens de ameaça, por exemplo, ativam *frames* de medo e urgência, predispondo o leitor à aceitação acrítica da mensagem.

Outro ponto essencial na articulação entre linguagem e desinformação é o papel das narrativas. Turner (1996) e Bruner (2014) apontam que o pensamento humano é intrinsecamente narrativo: construímos sentido ao organizar nossas experiências em histórias. Han (2023) também pontua que as narrativas proporcionam estabilidade e coesão para a sociedade, pois elas “contêm propostas de sentido e transportam valores constitutivos de uma comunidade” (Han, 2023, p. 73). A desinformação, nesse contexto, apropria-se desse mecanismo cognitivo para legitimar discursos e estabilizar crenças. Narrativas falsas ganham força porque oferecem coerência emocional e moral, preenchendo lacunas cognitivas do leitor, e é o ensino de língua que pode contribuir para desnaturalizá-las.

Em síntese, compreender a desinformação sob o prisma da linguagem significa reconhecer que os textos que circulam nas mídias digitais são reflexos de processos cognitivos, sociais e ideológicos complexos. Essa integração sustenta a proposta de que a formação linguística não deve se restringir à gramática normativa, mas promover a consciência discursiva e o pensamento crítico. A partir das contribuições da Pedagogia Crítica e da Linguística Cognitiva, o projeto reafirma que o conhecimento linguístico pode ser instrumento de emancipação e de resistência. Nesse sentido, a escola é chamada a formar leitores-curadores, capazes de discernir, interpretar e agir criticamente frente às múltiplas vozes do mundo digital.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO: UM PROJETO, TRÊS EDIÇÕES

Desde sua criação, em 2023, o projeto vem se consolidando como uma proposta formativa que alia ensino, pesquisa e extensão, aproximando os conhecimentos linguísticos da realidade escolar e das práticas comunicativas. Considera-se que o projeto executou ações bem-sucedidas com a abordagem contemporânea dos eixos de oralidade, leitura, produção textual e análise linguística.



Em sua primeira edição, realizada como projeto de extensão na ECIT Antônio Gomes, em Bayeux (PB), as ações tiveram caráter exploratório e de diagnóstico. A equipe buscou compreender como os estudantes percebiam a desinformação e quais estratégias utilizavam para lidar com as informações que circulam em seus cotidianos. Esse momento inicial permitiu traçar um panorama das lacunas de compreensão sobre o tema e apontou para a necessidade de integrar o ensino da linguagem às práticas de leitura crítica, produção textual e checagem de fatos, consolidando, assim, as bases teóricas e metodológicas que orientaram as edições seguintes. A partir da segunda edição, em 2024, o projeto passou a integrar o Programa de Apoio às Licenciaturas (PROLICEN/UFPB), ampliando seu alcance e aprofundando seu vínculo com a formação docente. As atividades foram desenvolvidas na ECIT Monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas e na ECIT Dom José Maria Pires, ambas em forma de oficinas como descrito na metodologia.

Em 2025, o *Escola Sem Fake* alcançou maior maturidade teórico-prática ao manter sua atuação na ECIT Monsenhor Pedro Anísio. As oficinas ocorreram no formato de uma disciplina eletiva que abordava a desinformação como fenômeno linguístico, social e ético, conduzidas ao longo de três meses, incentivando os alunos a refletirem sobre os mecanismos discursivos que sustentam notícias falsas e outros textos desinformativos. Ainda que limitações estruturais, como a falta de internet e equipamentos adequados, tenham exigido adaptações metodológicas, o projeto manteve sua proposta de formar leitores críticos e curadores da informação. As discussões em sala e as produções textuais resultantes evidenciaram que os estudantes passaram a reconhecer a linguagem como espaço de poder e de responsabilidade social, além de compreenderem a importância da ética no compartilhamento de informações. O diálogo com o projeto *Alumia* (UFPB/INOVATEC-JP), por meio de uma visita, também ampliou a percepção dos alunos sobre o papel das instituições acadêmicas no combate à desinformação.

Na Escola Municipal Bilingue Dom José Maria Pires, as metodologias e os públicos envolvidos foram diversificados. As oficinas continuaram a priorizar a leitura crítica e a análise linguística, mas incorporaram novas estratégias didáticas, como o jogo *Operação Verdade*<sup>6</sup>, criado pela pesquisadora e integrante do projeto Giulia

---

<sup>6</sup> O jogo *Operação Verdade* pode ser acessado por este link: <https://drive.google.com/drive/folders/13LORB7-sptylkc7muaZqy8Ly3mvQdpIa>. Acesso em 23 out. 2025.



Siqueira, para integrar o ensino de gramática e o combate à desinformação. Baseado no conceito de transitividade escalar (Hopper; Thompson, 1980), o jogo propõe que os alunos identifiquem, em textos reais, como as escolhas sintáticas moldam sentidos e expressam diferentes graus de agência e responsabilidade — elementos centrais nas estratégias de manipulação discursiva. Essa abordagem lúdica se mostrou eficaz para engajar os estudantes e aproximar o ensino de aspectos gramaticais da reflexão crítica sobre a linguagem.

De modo geral, as três edições do Escola Sem Fake evidenciam uma trajetória de amadurecimento conceitual e metodológico que reforça a pertinência da integração entre Linguística Cognitiva, Pedagogia Crítica e práticas de multiletramentos. A experiência acumulada nas escolas parceiras demonstra que a abordagem adotada favorece a formação de sujeitos autônomos, capazes de compreender a linguagem como ação social e de exercer uma postura ética e reflexiva diante da informação. Ao mesmo tempo, o projeto contribui para a formação dos licenciandos envolvidos, que passam a vivenciar a docência de modo crítico, criativo e socialmente comprometido. O ESF, portanto, reafirma o potencial transformador do ensino de Língua Portuguesa quando este se articula com as demandas contemporâneas de cidadania, pensamento crítico e combate à desinformação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso ressaltar que este trabalho se trata de um recorte, apesar de também ter a intenção de ser um apanhado das ações que o projeto desenvolveu até então. Limitações formais de toda produção acadêmica se impõem e foi necessário “enxugar” seções que, em um ou dois parágrafos, condensam tarefas de meses de duração, compostas por várias outras tarefas menores, cada qual com suas minúcias. Cada oficina merecia a própria subdivisão de resultados, com direito a possíveis reflexões teórico-metodológicas diante das adaptações que ocorrem na imprevisibilidade da sala de aula.

Ao longo de dois anos e três versões, o Escola Sem Fake percorreu um caminho de sensibilidade, madurez e, por muito valorizar essas características, conquistas. Presenciar estudantes debatendo com criticidade, expondo suas opiniões e produzindo conteúdos para combater a desinformação é uma das pequenas certezas que mantêm o projeto de pé em sua missão frente a um fenômeno tão volátil e traiçoeiro como o das *fake news*. A desinformação, afinal, continua se reinventando, criando tentáculos e



alcançando estratégias cada dia mais sofisticadas, estratégias essas que se concentram especialmente em elementos linguísticos. Reafirma-se, portanto, o compromisso com uma educação que esteja preocupada com os dilemas contemporâneos, aliada a uma visão pedagógica crítica que enxerga os alunos como seres atuantes no mundo e capazes de conceber meios para lidar com esse mundo. Seres sensíveis, dotados de cognição, que constroem o hoje e o amanhã. Como reflete Paulo Freire, a educação autêntica se faz não de um para o outro, mas de um *com* o outro, através de um mundo que provoca e comove (Freire, 1987).

Em termos mais técnicos, o formato de oficinas cumpriu seu objetivo de incentivar a formação de alunos curadores. Isso só aconteceu, porém, devido às sessões de leituras e debates teóricos entre coordenador e participantes do projeto, parte importante do percurso metodológico. Ademais, apesar de as entrevistas narrativas não terem se mantido nas versões mais recentes do Escola Sem Fake, a preocupação com considerar a realidade e conhecimento dos estudantes permaneceu durante toda a atuação. Considera-se este um projeto aberto a ajustes e adaptações, tendo em vista sua relação com a dinâmica escolar e com dados gerados de forma naturalística.

Espera-se, acima de tudo, que mais pesquisas em linguística adentrem nesse campo para somar. O combate à desinformação ainda carece do protagonismo de profissionais que trabalham, em todos os aspectos, com aquilo que a materializa: a linguagem.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **Linguística Cognitiva: Uma Visão Geral e Aplicada**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2010.

ALVES, M. A. S.; MACIEL, E. R. H. O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto. **Internet&sociedade**. n. 1, v. 1, jan. 2020, p. 144-171.

BENTES, Anna Christina; SOUZA-SANTOS, José Elderson de. Contribuições para a compreensão das fake news como produções textuais-discursivas incorporadas ao campo jornalístico. **Revista da Anpoll**, v. 54, n. 1, e1902, 2023. doi: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v54i1.1902>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRUNER, J. Fabricando histórias: direito, literatura, vida. São Paulo: Letra e Voz, 2014.



- FILLMORE, C. **Frame semantics**. In: KOREA, L. S. (orgs.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin Publishing, 1982. p. 111–137.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. 23ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, L. A. O; SILVA, L. A. Um estudo cognitivo sobre a categoria mentira e sua realização por meio de fake News relativas ao novo coronavírus. **Estudos Linguísticos e Literários**. No 69, NÚM. ESP.|2020, Salvador: pp. 178-203
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- HAN, Byung-Chul. **A crise da narração**. Petrópolis: Vozes, 2023. Ebook (91 p.).
- HAN, Byun-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- HOPPER, Paul. & THOMPSON, Sandra. **Transitivity in grammar and discourse**. *Language* 56 (2): 251-299, 1980.
- JENKINS, H. *Cultura da convergência* São Paulo: Aleph, 2008.
- KLEIMAN, Angela B.; SANTOS-MARQUES, Ivoneide Bezerra de Araújo. Letramento crítico em contextos de crise: o papel da escola na era da pós-verdade e de fake news. In: KERSCH, Dorotea Frank et al. (orgs). **Letramentos na, para a e além da escola**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020, p. 29-56.
- LAKOFF, R. T. *The language war*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2000.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas e São Paulo: Mercado das Letras e Educ, 2002[1980].
- LEURQUIN, Eulália; LEURQUIN, Chloé. Fake news, desinformação e necessidade de formar leitores críticos. **Scripta**, v. 25, n. 54, p. 265-295, 2021.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: **Gêneros textuais e ensino**. 2. ed. Ângela Paiva Dionísio, Ana Rachel Machado, Maria Auxiliadora Bezerra (Orgs). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- PAIVA, Vera Lucia de Oliveira e. Pesquisa narrativa. In: PAIVA, Vera Lucia de Oliveira e. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.
- SAMPIERI, Roberto Hernández, COLLADO, Carlos Fernández, LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.
- TURNER, M. **The literary mind**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1996.

